

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp/rs

Revista Réplica
Ano 40 - Nº 4 | MARÇO 2021
www.amprs.com.br/jornal-replica



Uma história de persistência, coragem e determinação

Os desafios e as conquistas das mulheres
do Ministério Público gaúcho

Sumário



REVISTA RÉPLICA

ANO 40 – N° 4 | Março de 2021

Capa:

Rafael Sarmento / Prana - design & cultura

Esta edição da Revista Réplica faz uma homenagem às mulheres que construíram uma história de persistência, coragem e determinação no Ministério Público do Rio Grande do Sul. Nossa capa não poderia deixar de ser um mosaico formado pelas promotoras e procuradoras de Justiça que, ao longo dos anos, consolidaram a presença feminina na Instituição. Em primeiro plano, vemos uma reportagem publicada pelo jornal Correio do Povo em 1938, quando Sophia Galanternick se tornou a primeira promotora pública do Estado. As imagens que ilustram a capa desta edição foram selecionadas a partir do acervo do Memorial da AMP/RS e do Memorial do MPRS.

» Carta ao leitor	03
» Oito décadas de trabalho em equipe, união e coleguismo	04
» Duas tragédias, inúmeras lições	08
» Uma história de persistência, coragem e determinação	11
» Entrevista: “É inadmissível que um agente do Ministério Público se omita”, avalia o desembargador Voltaire de Lima Moraes	18
» Apartes	20
» A República por Mário Cavalheiro Lisbôa	22
» Não é hora de conflito por Cláudio Brito	23

EXPEDIENTE

Réplica é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE

João Ricardo Santos Tavares

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

André de Azevedo Coelho

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS

Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE SOCIAL

Karina Bussmann

VICE-PRESIDENTE DOS JUBILADOS

Cláudio Barros Silva

SECRETÁRIO

Henrique Rech Neto

DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

COMITÊ EDITORIAL

André de Azevedo Coelho
Alessandra Moura Bastian da Cunha
Cláudio Barros Silva
Cláudio Brito
Fernando Andrade Alves
Mário Cavalheiro Lisbôa

EDIÇÃO

CDN Sul Comunicação
Rua Mostardeiro 777, 1401 - Bairro Moinhos de Vento
CEP 90430-001 - Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3017-1284

REPORTAGEM

Mariana Oselame (MTB 13.040)
Matheus Closs (MTB 20.085)
Robson Hermes (MTB 20.074)
Simone Ávila (MTB 11.118)
comunicacao@amprs.org.br

REVISÃO

Catia Bandeira (MTB 7.212)

DIAGRAMAÇÃO

Prana - design & cultura
Rafael Sarmento
Rua Cel. Fernando Machado, 464 - Centro Histórico
CEP: 90010-320 - Porto Alegre (RS)
Telefones: (51) 991.699.944
rafael.sarmiento@pranacultura.com

IMPRESSÃO

Comunicação Impressa
Rua Voluntários da Pátria, 1260 - Floresta
CEP 90230-010 - Porto Alegre RS
Telefone: (51) 3212-6011
orcamento@coimpressa.com.br

TIRAGEM

1.500 exemplares

Carta ao leitor



Crédito: Robson Hermes / AMP/RS

Caros associados e associadas,

Este é um ano dos mais importantes e especiais para todos nós. Em 8 de outubro, celebraremos oito décadas de uma trajetória de lutas e conquistas. Boa parte desta história tem sido registrada, há mais de três décadas, por esta publicação. A Revista Réplica, que até 2018 foi editada em formato de jornal, consolidou-se, ao longo dos anos, como um importante canal de comunicação com nossos associados, além de um relevante instrumento para o registro da nossa memória enquanto Associação.

Por isso, com o objetivo de valorizar este papel e este legado, nós instituímos, a partir desta primeira edição de 2021, o Comitê Editorial da Revista Réplica. O grupo é formado por dois dos fundadores da publicação: o procurador de Justiça jubilado e diretor da revista, Mário Cavalheiro Lisbôa, e o promotor jubilado e jornalista Cláudio Brito. Também integram o Comitê o vice Administrativo e Financeiro da AMP/RS, André de Azevedo Coelho; o vice de Núcleos, Fernando Andrade Alves; o vice de Jubilados, Cláudio Barros Silva; e a colega Alessandra Moura Bastian Cunha, além da equipe de jornalistas responsáveis pelo nosso setor de Comunicação.

Os conteúdos desta edição foram sugeridos e discutidos por este Comitê Editorial. A reportagem de capa, “Uma História de Persistência, Coragem e Determinação”, é um resgate histórico da trajetória das mulheres do Ministério Público, desde que a pioneira Sophia Galanternick abriu caminho, em 1936, até os dias atuais. Na

editoria “Nossa Associação”, apresentamos uma espécie de retrato desta AMP/RS que completa oito décadas de existência em outubro. Na seção “Carreira”, fazemos uma homenagem e um reconhecimento aos colegas que trabalharam nos dois casos de maior repercussão dos últimos anos no Rio Grande do Sul: o incêndio na boate Kiss, em 2013, e o assassinato do menino Bernardo Boldrini, em 2014. Esta edição também traz uma entrevista especial com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS), desembargador Voltaire de Lima Moraes, que chegou ao cargo depois de anos de dedicação como membro do Ministério Público.

Os temas abordados na Revista Réplica não têm outros propósitos além de manter os associados informados, registrar a memória da AMP/RS e valorizar o trabalho dos promotores e procuradores de Justiça, com foco na transparência e no diálogo constante. Esta foi a nossa plataforma durante a campanha eleitoral e este é o nosso compromisso enquanto membros da Diretoria Executiva da Associação.

Neste sentido, convido a todos para que acompanhem os nossos canais de comunicação e para que não hesitem em procurar a AMP/RS para encaminhar as suas sugestões, comentários ou críticas. Nossas portas estão sempre abertas para o diálogo e para a promoção do trabalho em equipe em prol dos valores do Ministério Público e do fortalecimento da nossa Instituição.

Boa leitura!

João Ricardo Santos Tavares

Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)



Av. Aureliano de Figueiredo
Pinto, 501 – Praia de Belas
CEP 90050-191 – Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br

Oito décadas de trabalho em equipe, união e coleguismo

Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul completa 80 anos em defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos membros da Instituição



Diretoria Executiva na cerimônia de posse: Cláudio Barros Silva (vice de Jubilados), Alessandra Moura Bastian da Cunha (tesoureira), André de Azevedo Coelho (vice Administrativo e Financeiro), João Ricardo Santos Tavares (presidente), Fernando Andrade Alves (vice de Núcleos), Karina Bussmann (vice Social) e Henrique Rech Neto (secretário). Crédito: Tânia Meinerz / Divulgação

Instalada em uma sessão realizada em 8 de outubro de 1941 e presidida pelo então procurador-geral de Justiça, Abdon de Mello, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) nasceu para congregar os membros da Instituição e defender os seus direitos e prerrogativas. Em suas oito décadas de existência, a entidade liderou pautas fundamentais como a equiparação ao salário da Magistratura, a conquista da própria Lei Orgânica e a consolidação da independência de promotores e

procuradores de Justiça. O destacado trabalho fez com que a AMP/RS ganhasse relevância nacional e fosse protagonista de momentos históricos como a criação da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e a Constituinte de 1988, que marcou a construção formal do atual Ministério Público.

No ano do octogésimo aniversário da entidade, a Revista Réplica quer saber: que Associação é esta que chega aos 80 anos em 2021? É o que você acompanha nas próximas linhas.

É UMA ASSOCIAÇÃO COMPROMETIDA COM A UNIÃO DA CLASSE

Cabe ao presidente João Ricardo Santos Tavares a tarefa de conduzir a AMP/RS no ano da celebração de suas oito décadas de atividades. Em uma votação histórica que contou com a participação de 844 do total de 1.038 associados e cuja apuração ocorreu no dia 20 de novembro de 2020, a chapa liderada pelo promotor de Justiça recebeu 814 votos e foi escolhida para comandar a Associação até dezembro de 2022. O Conselho de Representantes também recebeu grande aprovação, obtendo 820 votos. “Mesmo sendo um pleito de chapa única, o nosso grande desafio era conquistar uma votação expressiva para ter a legitimação dos colegas. Foi a maior votação obtida por uma chapa na história da Associação. Isso é muito significativo e aumenta a nossa responsabilidade”, disse, à época, o presidente recém-eleito.

“Mesmo sendo um pleito de chapa única, o nosso grande desafio era conquistar uma votação expressiva para ter a legitimação dos colegas. Foi a maior votação obtida por uma chapa na história da Associação. Isso é muito significativo e aumenta a nossa responsabilidade.”

João Ricardo Santos Tavares, presidente da AMP/RS

No dia 15 de dezembro, em uma solenidade realizada de acordo com os protocolos de combate à Covid-19, o promotor de Justiça tomou posse para exercer o 27º mandato da história da AMP/RS. Ao lado dele, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, na sede do Ministério Público gaúcho, estiveram os demais integrantes da Diretoria Executiva – o vice Administrativo e Financeiro, André de Azevedo Coelho; o vice de Núcleos, Fernando Andrade Alves; a vice Social, Karina Bussmann; o vice de Jubilados, Cláudio Barros Silva; o secretário, Henrique Rech Neto; e a tesoureira, Alessandra Moura Bastian da Cunha. No ato, também foram empossados os membros do Conselho de Representantes: Paulo Emilio J. Barbosa, Miguel Bandeira Pereira, Carlos Eduardo Vieira da Cunha, Frederico Carlos Lang, Lisiane Villagrande Veríssimo da Fonseca e os suplentes Daniela Fistarol, Fernando Cesar Sgarbossa e Maristela Schneider.

“A missão que foi delegada a mim e aos meus colegas da Diretoria Executiva e do Conselho de Representantes é a de congregar e defender os membros do Ministério Público e a nossa Instituição. É sermos os representantes de todos, com a nítida visão de que quando somos todos, somos um”, disse João Ricardo em seu discurso de posse.



Fernando Cesar Sgarbossa, Miguel Bandeira Pereira e Lisiane Villagrande Veríssimo da Fonseca, integrantes do Conselho de Representantes, ao lado do presidente João Ricardo Santos Tavares na cerimônia de posse. Crédito: Tânia Meinerz/Divulgação

É UMA ASSOCIAÇÃO ATENTA ÀS DEMANDAS DOS ASSOCIADOS

Um dos principais desafios da AMP/RS, atualmente, fruto das recentes reformas previdenciárias, é fazer com que a identidade do Ministério Público não seja perdida em meio a uma aparente divisão no que diz respeito ao tratamento remuneratório dos membros jubilados. São três situações diferentes: colegas que se aposentam com a integralidade, outros que vão se aposentar pela média das suas contribuições e um terceiro grupo, formado pelos colegas que irão se aposentar com o teto do INSS. Para o presidente da AMP/RS, é de total responsabilidade da entidade a manutenção da unidade da classe. “O elo geracional tem de ser feito pela Associação. Este é o permanente desafio de uma entidade classista: manter todos os associados cientes de que somos um só”, destaca.

Neste aspecto, em 4 de março de 2021, foi instalada a Comissão de Discussão da Carreira, cuja portaria de criação havia sido assinada na cerimônia de posse da gestão 2020-2022. O vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves, que preside a Comissão, destaca que o maior obstáculo será “encontrar alternativas de modernização da carreira, sem abrir mão de prerrogativas”. Para ele, o grupo deve construir um trabalho voltado para a escuta e a busca de soluções para as diferentes gerações e realidades, familiares e regionais.

No campo externo, sobretudo em âmbito nacional, o desafio é enfrentar os temas legislativos que estão vindo com nítida intenção de diminuir as funções, as atribuições e o tamanho do Ministério Público. Nesse sentido, a Reforma Administrativa é a maior ameaça.

É UMA ASSOCIAÇÃO QUE PRESERVA A SUA MEMÓRIA

Durante a cerimônia de posse, além da portaria que criou a Comissão de Discussão da Carreira, o presidente João Ricardo Santos Tavares também assinou o ato que instituiu a Comissão dos 80 Anos. Presidido pelo procurador de Justiça jubilado Paulo Natalicio Weschenfelder, o grupo será responsável por organizar a agenda de eventos alusivos à data.

“Juntamente com os outros membros da Comissão, temos uma grande responsabilidade. São 80 anos de história associativa de uma AMP que, juntamente com a defesa de seus associados, sempre esteve na defesa do Ministério Público. Temos muito a comemorar pela trajetória das gerações de colegas que construíram e engrandeceram a Associação”, enfatiza Paulo Natalicio.



Acompanhe o Instagram da AMP/RS!
Siga @amprs_rs

Postagens feitas sempre às quintas-feiras no Instagram da AMP/RS têm lembrado momentos históricos da entidade. **Créditos:** Reprodução/Instagram

Além do tradicional evento de aniversário programado para outubro, está prevista a publicação de um livro comemorativo, bem como uma edição especial da Revista do Ministério Público. Desde janeiro, as redes sociais da AMP/RS estão lembrando momentos marcantes da história da entidade, semanalmente, por meio de postagens feitas às quintas-feiras. Além disso, em fevereiro, no site da Associação, estreou a série “Presidente da Semana”. Publicadas às sextas-feiras, as entrevistas fazem um resgate histórico por meio dos depoimentos dos ex-presidentes da entidade.

Faça já a sua adesão.

Desde 1991, a Fundação de Assistência à Saúde (FAS) faz a gestão do plano de saúde dos promotores e procuradores de Justiça associados, cobrindo amplamente todas as despesas médicas e hospitalares.

O Plano da FAS oferece atendimento 24h, por meio de uma rede credenciada criteriosamente selecionada, na qual não há necessidade de qualquer desembolso financeiro imediato, sendo os mecanismos de utilização ágeis e facilitados. Além disso:

- ✓ Os valores das contribuições sociais são os menores do mercado
- ✓ No sistema de Livre Escolha, os procedimentos cobertos são reembolsáveis
- ✓ A cobertura para diária de acompanhante é integral nas condições previstas no regulamento
- ✓ Não há limite de dias de internação, inclusive em UTI
- ✓ Atendimento individualizado, de acordo com sua particularidade
- ✓ É permitida a inclusão de parentes até 3º grau

Conheça mais vantagens pelo site **fasamprs.com.br**

Faça sua adesão pelo telefone **(51) 3254 - 5300**

Rede credenciada de hospitais: Moinhos de Vento, Mãe de Deus, São Lucas da PUCRS, Complexo Santa Casa, Instituto de Cardiologia, Divina Providência, Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Ernesto Dornelles.



É UMA ASSOCIAÇÃO QUE PRESERVA O SEU PATRIMÔNIO

Reforma da Sede Administrativa (esquerda). Reforma da Sede Campestre (direita). **Créditos:** Robson Hermes/AMPRS



A AMP/RS começou 2021 em obras nas sedes administrativa e campestre. No prédio da Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, foram remodelados o terceiro, o quarto e o quinto pisos. No terceiro andar, além da criação de uma sala para visitas institucionais, foram instalados os gabinetes da Presidência e das Vice-Presidências. No quarto andar, onde ficavam as salas da Vice-Presidência de Núcleos e do setor de comunicação, foram construídas duas novas salas de reuniões. Além disso, a sala Conselheiro Clóvis Goulart Ponzi passou por uma revitalização. No quinto piso, onde antes funcionava

a rouparia dos flats, foi construída uma nova sala de reuniões para uso compartilhado entre a Fundação de Assistência à Saúde (FAS) e o Sicredi MP. A sala de atendimento da FAS também passou por reforma a fim de manter o padrão das demais instalações.

Concomitantemente às obras da sede administrativa, foram feitas reformas para a revitalização e a valorização do patrimônio da sede campestre, como a instalação de uma quadra de Beach Tennis, a recuperação da quadra de saibro, bem como a aquisição de um novo playground, além da revitalização da antiga pracinha.

É UMA ASSOCIAÇÃO QUE BUSCA A EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO CONHEÇA A EQUIPE DA AMP/RS

A Associação tem aprimorado os processos de trabalho e a gestão de pessoas. Atualmente, 13 profissionais respondem pelas mais diversas áreas da entidade, buscando a excelência no atendimento a promotores, procuradores, jubilados e pensionistas do Ministério Público.

 Angela Martins Scherer Supervisora Contábil e Financeira 29 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes	 Suelen Schwertner Assistente de Supervisão 6 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes	 Roberta Marques Analista financeira 3 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes
 Gerson Douglas Marofski Serviços gerais na sede campestre 24 anos de AMP/RS Crédito: Arquivo pessoal	 Reni Brod Secretaria técnica 29 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes	 Jefferson de Souza e Silva Motorista 15 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes
 Nara Rejane Grimaldi Recepcionista 16 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes	 Nádia Maria Ferreira Analista de Compras 23 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes	 Alexandre Fracassi Fabrica Encarregado de serviço gerais 18 anos de AMP/RS Crédito: Arquivo pessoal
 Clóvis Fernandes Gonçalves Serviços gerais 32 anos de AMP/RS Crédito: Arquivo pessoal	 Adriano de Freitas Salvador Auxiliar de serviços gerais 15 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes	 Valdir Bianchessi Diretor Executivo 2 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes
 Juliano Quadrado Gestor administrativo e financeiro 16 anos de AMP/RS Crédito: Robson Hermes		

Duas tragédias, inúmeras lições

Atuação nos dois casos de maior repercussão da última década no Rio Grande do Sul fortaleceu o Ministério Público gaúcho e renovou o seu compromisso com a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis



Coletiva de imprensa para apresentação da denúncia criminal do caso Kiss foi realizada em 2 de abril de 2013 em Santa Maria. Crédito: Divulgação/MPRS

Duas tragédias de enorme repercussão na mídia, que provocaram profundas feridas nas comunidades em que aconteceram e que exigiram do Ministério Público do Rio Grande do Sul uma atuação sem precedentes em sua história. Assim podem ser definidos os processos relativos ao incêndio na Boate Kiss, ocorrido em Santa Maria, na madrugada de 27 de janeiro de 2013, e ao assassinato do menino Bernardo Boldrini, em abril de 2014, cujo corpo foi encontrado nas proximidades de Três Passos, onde ele morava. Os dois casos, que juntos somam cerca de 150 volumes e 20 mil páginas, mobilizaram sobremaneira os promotores de Justiça envolvidos na elaboração das denúncias e no julgamento dos réus, bem como os procuradores encarregados dos pareceres de segunda instância (leia o box com a nominata dos colegas que atuaram nos casos).

DO INCÊNDIO À DENÚNCIA

Joel Dutra lembra com detalhes da madrugada da tragédia que matou 242 pessoas e feriu outras 680. Como muitos moradores de Santa Maria e região, ele foi acordado com o alerta de que familiares poderiam estar na boate no momento do incêndio. “Acabei indo para lá muito cedo em busca de informações. Fiquei das 7h até às 21h30 acompanhando o caso, tanto na boate quanto no ginásio para onde foram levados os corpos”, lembra o promotor. Assim que percebeu a dimensão do fato, Joel ligou para o colega Maurício Trevisan, com quem compartilhava as matérias do tribunal do júri. “Estava fora de Santa Maria, de férias. O Joel me ligou e disse que até aquele momento se tinha notícia de 60 mortos, mas ressaltou que ainda tinha muita gente morta dentro da boate”, conta Maurício. “Uma semana depois, quando voltei, o Joel foi imediatamente até minha casa para

conversarmos sobre a situação”, lembra. Estes foram os primeiros dias da extenuante rotina de trabalho vivenciada pelos promotores de Justiça até o dia 2 de abril de 2013, quando o Ministério Público ofereceu denúncia contra oito pessoas. A peça acolheu apenas uma parte dos indiciamentos feitos pela Polícia Civil em seu inquérito, que apontava 28 responsáveis pelo incêndio. Para muitos, este foi o ponto de partida para a relação por vezes conturbada que se desenvolveu com alguns representantes das vítimas dali em diante. “Essa redução teve um impacto muito grande na expectativa de alguns familiares, que acreditavam que muita gente teria que ser responsabilizada”, afirma Joel. “Ficamos surpreendidos pela abrangência das conclusões do inquérito, que, no nosso entendimento, não seria tamanha”, reforça Maurício.

Essa diferença de entendimento entre Polícia Civil e Ministério Público, somada à ansia da comunidade de Santa Maria por justiça, criou um ambiente no qual os promotores jamais imaginaram ter que trabalhar. “Nosso entendimento era de que tínhamos que focar em quem tinha relação direta com o fato, e foi o que a gente fez. É o que sempre fazemos em todos os casos, mas este, especificamente, teve uma enorme repercussão”, explica Maurício, classificando este momento de “filtragem” do inquérito policial como o “mais agudo” de todo o processo. “Apesar de toda a pressão e dos entendimentos contrários ao nosso, nós procuramos não desviar nem um milímetro daquilo que víamos como correto e do que a nossa consciência mandava”, destaca Joel, reforçando o comprometimento com os aspectos técnicos do caso e a total independência da atuação do Ministério Público.

Além da esfera criminal comum, com julgamento previsto para 2021, o caso Kiss teve desdobramentos na Justiça Militar, por meio da atuação dos promotores Joel Dutra e César Carlan, em acusação a bombeiros militares por questões relativas ao PPCI da boate, e também no âmbito civil, com uma ação de improbidade administrativa na qual trabalharam os promotores Maurício Trevisan e Ivanise Jahn de Jesus (in memoriam), imputando a bombeiros que exerceram funções de chefia em Santa Maria condutas ímprobadas relativas à distorção da sistemática de tramitação e aprovação de PPCIs, não apenas o da Kiss. Na Justiça Militar, dois bombeiros foram condenados em primeiro grau – um terceiro, que havia sido absolvido na primeira instância, foi condenado após recurso. Na ação de improbidade administrativa, os quatro réus foram condenados.

PRESSÃO DA MÍDIA

Nos dias e meses seguintes ao incêndio, os promotores estiveram no centro de uma cobertura midiática jamais vista no Estado. Em meio ao exaustivo trabalho de elaboração da denúncia, eles foram constantemente acionados pelos jornalistas dos mais diversos veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Até quem não estava diretamente envolvido no caso, como Ricardo Lozza, foi procurado para conceder entrevistas sobre um inquérito civil contra a Kiss que havia sido instaurado em 2009.

Assumido pelo promotor em outubro de 2010, o inquérito versava sobre a poluição sonora da

PEDIDO DE AJUDA

Pouco mais de um ano após a tragédia da Kiss, um outro caso de grande repercussão exigiu uma atuação contundente do Ministério Público, novamente sob os holofotes da mídia. Então promotora na Comarca de Três Passos, Dinamércia Maciel recorda o dia em que Bernardo Boldrini procurou ajuda. “Ele foi até o Fórum falar com o juiz, que me telefonou perguntando se eu estava na Promotoria e disse: ‘Vou te levar uma visita’”.

boate e estava em vias de arquivamento à época do incêndio. “Tanto no âmbito administrativo quanto criminal, aquela questão já havia sido resolvida”, explica o promotor. Algumas matérias jornalísticas da época, no entanto, demonstrando desconhecimento sobre as atribuições do Ministério Público, insinuavam que a Instituição não havia feito o que estava ao seu alcance para evitar que a tragédia acontecesse. “Toda atuação que eu desenvolvi neste inquérito, eu desenvolveria exatamente da mesma maneira. Tudo o que se fez foi dentro da lei, sem abusar das prerrogativas. É muito fácil ser profeta do acontecido”, afirma.

OITO ANOS DEPOIS

Os promotores são unânimes em mencionar as dificuldades daquele período e a particularidade de estarem à frente de um caso tão sem precedentes. “A Kiss foge de todos os parâmetros da normalidade”, afirma Ricardo. Oito anos depois do incêndio, ao fazerem um balanço do caso que ainda aguarda o julgamento de quatro réus pelo Tribunal do Júri, eles também são unânimes ao apontar a tranquilidade em relação às decisões tomadas na época.

“Hoje, o que me deixa tranquilo para caminhar nas ruas de Santa Maria e eventualmente encontrar pessoas que não concordaram conosco é a consciência de que não me curvei a nenhum outro interesse no decorrer do processo”, avalia Joel. “Já tive oportunidade de sair de Santa Maria, mas faço questão de continuar na minha cidade. Tenho a tranquilidade de que tudo foi feito de maneira correta”, diz Ricardo. Já Maurício destaca o “trabalho hercúleo” realizado pelo Ministério Público, especialmente nos primeiros meses, e não tem dúvidas de que a atuação foi adequada. “Olhando para trás, hoje, estou muito mais tranquilo em relação à época de que fizemos a coisa certa”, ressalta, completando: “Trabalhamos tecnicamente, está tudo exaustivamente explicado. Acho que não teve nenhum caso na história brasileira que tenha sido tão reavaliado internamente pelo Ministério Público”.

Outro ponto de unanimidade entre os promotores, tanto daqueles que trabalharam no caso Kiss quanto dos que atuaram no caso Bernardo Boldrini, é o irrestrito apoio institucional da Administração Superior do Ministério Público e a participação ativa da AMP/RS, bem como a fundamental presença da equipe de Comunicação do Ministério Público na gestão das demandas e do assédio da imprensa.

Na sala da promotora, Bernardo repetiu o que já havia dito para o juiz, para os assistentes sociais e para os amigos: queria uma outra família. “Ele era um menino emocionalmente cansado”, lembra Dinamércia.

A experiência em casos de violência, abusos e desagregação familiar, bem como as informações sobre a dinâmica dos Boldrini, coletadas desde novembro de 2013 pelo Conselho Tutelar, indicavam a necessidade de se iniciar o processo que daria uma nova família a Bernardo. “Era um menino com um pai médico, uma madrasta enfermeira, uma casa estruturada, a melhor escola de Três Passos... e este menino não queria seguir morando ali. Era muito estranho”, lembra Dinamércia.

Em 11 de fevereiro de 2014, em uma audiência prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para casos como este, o pai pediu uma nova chance ao filho, que prontamente aceitou. No dia 4 de abril, Bernardo desapareceu. O corpo foi encontrado 10 dias depois, em Frederico Westphalen, enterrado em uma cova vertical. Enquanto o menino ainda estava desaparecido, Dinamércia presenciou umas das cenas mais marcantes de todo este processo. “O pai e a madrasta foram na Promotoria me perguntar o que eu estava fazendo para encontrar o Bernardo. Eu tinha acabado de ler o relatório da interceptação telefônica que indicava a participação deles na morte”, revela.

ASSÉDIO DA IMPRENSA

Por ter atendido Bernardo quando ele foi ao Fórum pedir ajuda, Dinamércia acabou se tornando o principal alvo da cobertura da mídia nos primeiros dias da investigação. “As pessoas ficaram muito impressionadas por eu ter conhecido ele”, analisa. Por vezes, a promotora teve a sua conduta questionada e a sua vida pessoal devassada, ao ponto de precisar deixar o apartamento em que morava e se transferir para um hotel para conseguir trabalhar na denúncia em meio ao assédio da imprensa. “De 7 de abril até o dia 17 de maio, foram semanas que passaram como se fossem meses”, recorda Dinamércia, referindo-se à intensidade e à dedicação exigidas durante aqueles dias até a conclusão da denúncia.

No momento em que ocorreu o crime, a promotora já havia recebido a promoção para São Luiz Gonzaga. Por ter acompanhado o início do caso, Dinamércia acabou permanecendo em Três Passos até a apresentação da denúncia. A partir daí, a condução ficou a cargo de Silvia Inês Miron Jappe que, em

2015, foi promovida para a Comarca de Santiago. “Acompanhei desde o início processual até a comoção daquela comunidade com o julgamento. Foi tudo muito intenso. Me chamou muito a atenção as minúcias do caso, o que aquela criança vivia dentro de casa, com a família e, principalmente, a forma como tudo foi premeditado e arquitetado friamente, de forma bárbara”, afirma. Com a promoção de Silvia, o promotor Bruno Bonamente assumiu a condução do processo e liderou a equipe que atuou na condenação dos réus, no Tribunal do Júri, em março de 2019.



Silvia Jappe, Bruno Bonamente e Ederson Vieira no julgamento do caso Bernardo Boldrini, em março de 2019. Crédito: Divulgação MPRS

CONDENAÇÃO DOS RÉUS

Mesmo antes da confirmação de que faria o júri, Bruno organizou uma rotina de estudo, às noites e aos finais de semana, para estar preparado caso fosse chamado. “Não podia ser leviano ao ponto de esperar a definição para iniciar a preparação”,

lembra. Assim que teve a confirmação, ele tratou de montar a equipe que trabalharia na acusação. “Chamei a Silvia Jappe porque precisava de tudo o que ela tinha vivido no caso. Também precisava de alguém que tivesse o amplo conhecimento de júri, aquela vivência que os livros não nos contam, e por isso chamei o Ederson Vieira. Começamos a fazer reuniões virtuais. Foram dois meses de estudos e de preparação”, conta.

Ederson recorda que as principais dificuldades desta etapa foram “enfrentar o volume expressivo de informações contido no processo e antecipar as inúmeras questões que seriam suscitadas em plenário, de modo a corresponder às melhores expectativas depositadas pela sociedade e pela Instituição na nossa atuação em prol da concretização da Justiça”.

No dia 15 de março de 2019, depois de mais de 50 horas de julgamento, o pai, a madrasta e outros dois réus foram condenados pela morte do menino Bernardo. Para os promotores, foi o ponto final de um trabalho extenuante, mas extremamente recompensador. “Em termos de realização profissional, de ver o trabalho do Ministério Público transparecendo na sociedade, foi muito gratificante. A gente sair do Fórum, colocar o pé na rua e estar a comunidade inteira de Três Passos ali na frente, aplaudindo o nosso trabalho, foi sublime”, diz Bruno. “Este caso teve essa repercussão grande não só pela brutalidade, mas também porque a comunidade viu, naquele momento, que o Ministério Público estava presente para representar os seus anseios. É algo que, no dia a dia, fica um pouco perdido”, reflete.

PROMOTORES E PROCURADORES DOS CASOS KISS E BERNARDO BOLDRINI

CASO BERNARDO

Dinamércia Maciel, promotora da Comarca de Três Passos à época do assassinato
Silvia Inês Miron Jappe, promotora da Comarca de Três Passos à época das investigações
Bruno Bonamente, promotor da Comarca de Três Passos à época do julgamento
Ederson Vieira, promotor convidado para o julgamento
Cláudio Barros Silva, procurador de Justiça

CASO KISS

Ricardo Lozza, promotor da Comarca de Santa Maria
Joel Dutra, promotor da Comarca de Santa Maria
Maurício Trevisan, promotor da Comarca de Santa Maria à época do incêndio
Ivanise Jahn de Jesus (in memoriam), promotora da comarca de Santa Maria à época do incêndio
César Carlan, promotor da Comarca de Santa Maria
Ivan Melgaré, procurador de Justiça
Irene Soares Quadros, procuradora de Justiça
Cláudio Barros Silva, procurador de Justiça

Uma história de persistência, coragem e determinação

Desde que a pioneira Sophia Galanternick abriu caminho, em 1938, mulheres do Ministério Público vêm derrubando barreiras e conquistando espaços importantes na Administração Superior



Sophia Galanternick na turma da Faculdade de Direito de Pelotas, em 1936. Crédito: Arquivo UFPel

Em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou uma nova Constituição para a então República dos Estados Unidos do Brasil com o objetivo, de acordo com o seu preâmbulo, de “organizar um regime democrático” e “assegurar à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico”. A despeito das críticas de setores mais conservadores, que temiam a “desagregação familiar”, o texto trazia inovações importantes para o processo de emancipação da mulher, em curso havia alguns anos. Entre eles, a regulamentação do trabalho feminino, o estabelecimento da igualdade salarial, a proibição de demissão por gravidez e a extensão do direito ao voto a todas as mulheres – direito que, desde 1932, era garantido a solteiras e viúvas com renda própria e a mulheres casadas (mediante permissão do marido).

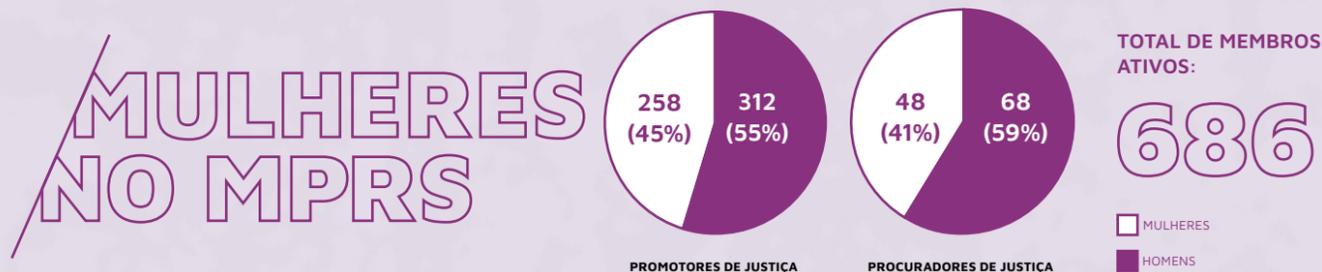
Quatro anos depois da promulgação da Constituição de 1934, aos 23 anos, a advogada pelotense Sophia Galanternick ingressava no Ministério Público gaúcho e iniciava a sua atuação

na comarca de Carazinho. Embora tivesse todos os seus direitos constitucionais assegurados – e mesmo tendo trilhado uma brilhante trajetória acadêmica na faculdade de Direito –, a primeira promotora de Justiça do Rio Grande do Sul foi constantemente desafiada a provar a sua competência e habilidade para a função. Afinal, ela era a pioneira no âmbito do Ministério Público.

“É enorme a minha responsabilidade. Sei que muitas atenções estão voltadas contra mim. Preciso vencer, custe o que custar. Porque, se fracassar, ninguém tomará a minha derrota como uma derrota pessoal. Virão logo com essa velha e desmoralizada história da inferioridade da mulher.”

Sophia Galanternick, em entrevista concedida ao jornal Correio do Povo.

Mais de oito décadas depois, em muitas instâncias, a busca pela representatividade feminina ainda persiste. Mesmo que aparentemente o número de homens e mulheres não esteja tão distante (veja os dados na página seguinte), ainda é baixa a presença feminina na Administração Superior – até hoje, o Estado só teve uma procuradora-geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, entre 2009 e 2011 (não por acaso durante a gestão da única governadora da história do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius). De certa forma, o caminho aberto por Sophia Galanternick em 1938 continua sendo trilhado com muito empenho e persistência, nos dias de hoje, pelas mulheres do Ministério Público.



O PIONEIRISMO DE SOPHIA

Sophia Galanternick nasceu em 1914, em Pelotas, e se interessou pelo Direito ainda nos tempos de colegial, no Ginásio Pelotense. Filha do comerciante Miguel Galanternick e de Frida Streinbusch Galanternick, judeus europeus que imigraram para a América no final do século XIX, Sophia contou com a mediação de seu pai para realizar o sonho de ser advogada – Miguel teria convencido o juiz Tancredo Amaral Braga, professor de Direito Comercial e seu compadre, a aceitá-la na faculdade em Pelotas.

Ao ingressar no curso, em 1933, Sophia era uma das quatro mulheres da turma de 60 alunos. Estudante voraz, aproveitava os contatos do pai no fórum local para, nas horas vagas, ler e analisar processos. “Nunca tive aquela história de estar perguntando. Não era do meu feitio. Tinha que estudar, tinha que saber”, contou em entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 2000.

Quando estava no quinto ano do curso, foi convidada por um professor – o juiz Solon Macedônia – para atuar em alguns casos. Sua presença no tribunal chamou a atenção não somente pelo desempenho, mas porque foi a primeira vez que se viu, no Rio Grande do Sul, uma mulher trabalhando na defesa de um réu. “No primeiro júri a que eu fui, o Foro não tinha lugar de tanta gente que tinha, talvez por eu ser mulher”, disse Sophia na entrevista que resgatou a sua trajetória.

Historiadora do Memorial do Ministério Público, Cíntia Vieira Souto avalia que, além da curiosidade, a presença de Sophia causava um certo grau de reprovação. “Os homens consideravam que ela estava ocupando um lugar que não era dela, e as mulheres pensavam que aquilo não era adequado para uma ‘mulher direita’. Eram pensamentos



Atuação de Sophia despertou a atenção da imprensa. Crédito: Memorial MPRS

comuns na época”, analisa. A despeito das críticas, a boa performance alçou Sophia a voos mais altos. Ainda não havia concurso para ingresso no Ministério Público (o primeiro aconteceu em 1941) e o cargo de promotor – que nem de longe tinha o mesmo prestígio dos dias atuais, mas era um início de carreira para jovens advogados ou para alguém com aspirações políticas – era atribuído por indicação. Solon Macedônia tinha boas ligações com o Secretário do Interior do Estado na época, Miguel Tostes, e sua indicação fez valer o ingresso de Sophia no Ministério Público.

PERSEGUIÇÃO, ATAQUES E HUMILHAÇÕES

Como ela mesma destacou na já mencionada entrevista ao Correio do Povo, de fato as atenções estavam voltadas para a sua atuação. T tamanha visibilidade lhe rendeu inúmeros conflitos, muitos advindos do fato de ela ser uma “mulher fora do lugar”, conforme a historiadora Cíntia Vieira Souto.

Em dezembro de 1938, por exemplo, um grupo de advogados, liderados por Sílvio Mendel, encaminhou uma representação ao interventor federal contra a atuação da promotora na cidade. A queixa se baseava na advocacia privada praticada por Sophia e dois sócios, um deles Alberto Sturm, seu marido. A denúncia fora reforçada devido à atuação da promotora em um caso de defloramento.

O crime, observado no artigo 267 do Código Penal de 1890, refletia a visão da sociedade da época sobre

a mulher. Ele era definido como o ato de “deflorar uma mulher de menor idade” – até os 21 anos – “empregando sedução, engano ou fraude”, com pena de um a quatro anos de reclusão.

Não era considerado um crime contra a pessoa, mas sim contra os costumes. A comprovação do defloramento se dava após investigação detalhada da vida familiar da vítima, julgando a “moral” e a “honestidade” da mulher. O artigo vigorou até 1940, quando o Código Penal foi alterado. No caso em questão, um jovem teve relações com a namorada enquanto eles ainda estavam sob promessa de casamento. Para o pai da moça, tratava-se de uma menor, incapaz e débil mental, o que caracterizaria o defloramento.

Devido a declarações da vítima, falhas da defesa e lentidão

processual, o réu foi condenado a um ano, porém a pena prescreveu. Sem sucesso no recurso, Mendel acusava a promotora de não ter recorrido da prescrição. A pressão feita junto ao procurador-geral levou a Procuradoria a exigir satisfações de Sophia, que ressaltou a independência de sua atuação e reforçou a justiça da pena.

O expediente foi arquivado pelo novo procurador-geral, Anor Butler Maciel, em maio de 1939, porém a promotora continuou sofrendo pressões. Um conflito com o juiz municipal – figura que existiu até os anos 70 e que tinha como principais atribuições julgar casos menores e substituir o juiz de Direito sempre que necessário –, Nelson Paim Filho, tornou a sua atuação um pesadelo. Paim Filho marcava audiências no foro no mesmo horário do juiz de Direito, Jorge Fonseca Pires, o que obrigava Sophia a ir de uma sala para outra para acompanhá-las. Em uma ocasião, atrasada por estar em uma audiência ao lado, ela foi considerada ausente nos autos por Fonseca Pires – o que fez a promotora abrir uma representação contra o juiz de Direito. Apesar dos ataques e das humilhações sofridas, a promotora teve vitória em recurso junto ao procurador-geral, que passou a exigir a conciliação dos horários dos juízes de Carazinho.



DEMISSÃO ANTES DO CONCURSO

Em 1941, ocorreria o primeiro concurso para o Ministério Público e os promotores da ativa foram automaticamente inscritos. No dia 1º de março daquele ano, Sophia foi a Porto Alegre para a realização dos exames. Foi aprovada com nota 85 na prova escrita. Quando se preparava para a prova oral, recebeu o comunicado de que havia sido demitida do cargo de promotora pública – a demissão, inclusive, já estava nos jornais.

A carta assinada pelo procurador-geral Anor Butler Maciel justificava “inconveniente aos interesses da administração o desempenho do cargo de promotor por mulher casada”. Apesar disso, Sophia decidiu comparecer na prova oral – o que gerou um clima de constrangimento aos colegas.

Comunicado informando a demissão de Sophia em 1941. Crédito: Memorial MPRS

“Quando eu me inscrevi no concurso para o cargo de promotor, já se sabia que haveria mais uma vaga, porque a única mulher que era promotora, Dr^a Sophia Galanternick, ia deixar o Ministério Público. O fundamento para isso era este: ao Ministério Público não interessava mulher na função de promotor público”, contou o desembargador estadual Garibaldi Almeida Wedy, um dos aprovados no primeiro concurso do Ministério Público, em entrevista ao Memorial em 2003.

Mesmo com as tentativas de desestabilização, Sophia Galanternick saiu-se bem, ficando em 8º lugar, com 85 pontos (60 dos 70 pontos disponíveis para prova oral). Após procurar o interventor federal, Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, teve garantida a sua posição. Retornou para Carazinho como promotora pública de 1ª entrância.

Butler Maciel seguiu tentando afastar Sophia oferecendo um cargo na diretoria das Prefeituras Municipais. Diante da negativa, o procurador-geral tomou a decisão

de removê-la para a comarca de Jaguarí. Recusando-se a ficar longe do marido e chateada com a perseguição, a promotora optou pelo afastamento por avulsão em julho de 1941. “Eu me casei para ficar com o meu marido, não foi para ficar separada”, justificou Sophia na entrevista concedida ao Memorial.

Ela ainda tentou retornar ao MP em 1957, quando pleiteou, junto à Procuradoria-Geral do Estado, a reversão ao cargo de promotora. O Conselho Superior do Ministério Público negou o pleito “tendo em vista o largo tempo que está afastada das funções, não muito apropriadas, aliás, por sua índole, a pessoas do sexo feminino.” Sophia Galanternick atuou como advogada até 1998. Faleceu em Porto Alegre, em 12 de novembro de 2003, aos 89 anos.

‘mocinha’, queria marcar horário para ser atendido pelo promotor”, relembra.

O esforço para mudar essa mentalidade também ocorria por parte da Instituição. Nos dois primeiros anos, Eunice, Iolanda, Lígia e Marly eram examinadas com regularidade por corregedores. “Foi muito difícil mostrar a que vieram as mulheres. Mas, na medida em que eles deixaram, nós conseguimos. As quatro estavam bem preparadas”, analisa Marly. Os examinadores, aliás, não escondiam que a aprovação das promotoras era uma “concessão” e que o ingresso de futuras candidatas estava ligado ao modo como elas desempenhariam a função.

Apesar do ingresso das promotoras, a Instituição seguiu restringindo o acesso de mulheres e nem todas as inscrições para os concursos eram homologadas, muitas vezes sem justificativa. Foi o caso de Maria Isabel de Azevedo Souza, em 1978. “Estávamos, ainda, numa fase em que a Administração Pública brasileira agia de modo autoritário, desrespeitando o direito de livre acesso aos cargos públicos”, ponderou Maria Isabel, em entrevista concedida ao Memorial.

Ao saber da não homologação, ela redigiu os pedidos de reconsideração e de declaração das razões pelas quais a inscrição não havia sido confirmada. Os pedidos foram indeferidos. Com a aproximação das provas, não restou opção a não ser impetrar um mandado de segurança contra o ato do procurador-geral da Justiça.

Nas informações prestadas, o então procurador-geral justificou o ato no fato de que, por ser casada com um juiz federal, Maria Isabel teria de residir, segundo a Lei Civil, no domicílio do marido – o que conflitaria com o Estatuto do Ministério Público, que obrigava o promotor a morar em sua comarca de atuação. “É, eles achavam que, se o meu marido trabalhava em Porto Alegre, como é que eu iria morar no interior?”.

Ao realizar o concurso, ela conta que não sentiu nenhum tipo de intimidação, seja da banca ou dos servidores. Ao término das provas e tendo obtido a aprovação, restava o julgamento do mandado de segurança. A vitória veio, mas com escassa maioria – foram seis votos contra cinco. O último voto e de desempate foi concedido pelo desembargador Milton dos Santos Martins, que argumentou que o processo se tratava de “discriminação contra o trabalho da pessoa humana”.

“Isso foi um marco, porque a partir daquele momento a Instituição não teve mais como indeferir essas inscrições sem uma causa legal e legítima”, analisa a historiadora do MP, Cíntia Souto de Moura.

Maria Isabel de Azevedo Souza ficaria no Ministério Público até dezembro de 1994, quando foi a primeira integrante do MP nomeada para o cargo de Juíza de Alçada pelo Quinto Constitucional. Ela ainda foi por duas vezes vice-presidente do TJRS e é desembargadora do Tribunal de Justiça desde maio de 1998.



Eunice Terezinha Ribeiro Chalela

Natural de Marcelino Ramos, Eunice Terezinha Ribeiro Chalela fez faculdade de Direito sem imaginar ser promotora de Justiça. E de fato, ainda na década de 1970, como vimos, dificilmente tal possibilidade se passava na cabeça das estudantes de Direito.

Mas Eunice estava disposta a contrariar aquele cenário, assim como contrariou os colegas de escola durante a infância. Quando perguntada pela professora qual carreira queria seguir, sua resposta arrancou risadas da turma: “Quero ser advogada”. “Foi meu primeiro encontro com discriminação de gênero. Ninguém da turma conhecia uma mulher advogada. Esse episódio ficou marcado e serviu de motivação para conquistar espaços só destinados aos homens. Desencadeou minha escolha pelo Direito e mais tarde, a opção pelo Ministério Público”, contou ao Réplica.

Já formada, em 1974, ao descobrir que não havia mulheres no Ministério Público, Eunice não pensou duas vezes antes de rumar a Porto Alegre para fazer o concurso. Sua inscrição, no entanto, não foi homologada. No ano seguinte, tentou novamente. Desta vez, foi aprovada em todas as fases, mas desclassificada na prova de títulos. “Na época, as pessoas deveriam ter a coragem de dizer: ‘Não aceitamos mulheres na Instituição’. Bem mais fácil do que nos obrigar e constranger a um concurso onde você estudava muito, tinha que trabalhar muito e até o vexame público de, depois, ter que explicar como é que você é aprovada e não ingressa”, reclama Eunice.

Iolanda de Oliveira Samuel

Iolanda de Oliveira Samuel nasceu em abril de 1946, em Ijuí, e se formou em Direito na Universidade Federal de Santa Maria. Ingressou no Ministério Público em 1ª entrância na comarca de Gramado, em fevereiro de 1977. No mesmo ano, sofreu remoção para Estância Velha. Promovida para 2ª entrância, assumiu a comarca de Esteio em março de 1978 e, em 3ª entrância, assumiu Dom Pedrito, em 1980.

Ela passaria ainda pelas comarcas de Rio Grande e Viamão, antes de chegar a Porto Alegre. Na Capital, foi promotora de Justiça na 3ª Vara de Família e Sucessões entre 1987 e 1989, sendo posteriormente removida para a 6ª Vara da Fazenda Pública.

Se aposentou em setembro de 1997, aos 51 anos.



CONSOLIDAÇÃO E RESISTÊNCIA



Lígia, Eunice, Iolanda e Marly com o governador Sínval Guazelli durante posse em 1976. Crédito: Arquivo pessoal Marly Mallmann

Sophia Galanternick abriu portas, mas foram necessários 38 anos desde o seu afastamento para a consolidação da presença feminina no Ministério Público.

No início dos anos 70, as mulheres conquistavam espaços no Poder Judiciário, mas ainda sob um olhar de desconfiança. A desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, por exemplo, ingressou como juíza

em 1971 e, durante o concurso, na entrevista com o examinador, foi questionada a respeito de sua virgindade, conforme revelado em entrevista à Revista Trip, em 2013. No Ministério Público, as inscrições para o concurso eram indeferidas sem quaisquer justificativas até 1976, quando ingressaram quatro promotoras: Eunice Terezinha Ribeiro Chalela, Iolanda de Oliveira Samuel, Lígia da Costa Barros e Marly Raphael Mallmann. Rompida a barreira do ingresso, era a vez de as promotoras se depararem com um novo obstáculo: a resistência das comunidades para as quais foram designadas. Eunice conta que, quando chegou à comarca de Erechim, sofria com a dificuldade de entendimento

da população, que não via em uma mulher jovem a competência para exercer a função de promotora. “Era muito comum, após o atendimento das partes, essa agradecer, mas dizer que voltava amanhã, pois queria mesmo era falar com o promotor. Ou sair do atendimento e procurar o cartório para dizer que não queria ser atendido pela



Lígia da Costa Barros

Crescida entre o meio rural de São Gabriel e a pequena cidade de São Sepê, Lígia da Costa Barros ingressou no curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria em 1971. Durante a faculdade, conheceu promotores de Justiça que a inspiraram a tentar o caminho do Ministério Público. Concluiu

o curso em 1975 e, no ano seguinte, aos 25 anos, ingressaria como uma das primeiras mulheres do MP após Sophia Galanternick.

Em sua trajetória na Instituição, passou pelas comarcas de São Vicente do Sul, São Pedro do Sul, Rosário, Caçapava do Sul e Bento Gonçalves. “Nenhum asfalto nas primeiras regiões, e menos ainda nas substituídas. Era estrada, poeira, barro e pó. Era ofício pra tentar solucionar conflitos, era máquina de escrever, folhas rasgadas, audiências infundáveis. Mas, disso, nenhuma queixa. Foi uma aventura neste interiorzão do Estado, hoje muito diferente”, relembra.

Apesar do recente ingresso das mulheres em sua época, a promotora aposentada acredita que sua juventude e a “necessidade de mergulhar no novo” tenham ajudado a absorver as situações de preconceito que vivenciou dentro do MP. “Claro que existiram, mas uma porção tão mínima, como uma pitada de sal que não consegue tirar o gosto do açúcar. Não me curvei nas mais diversas situações, nem fugi ou fui dúbia. Essa é minha melhor herança dos tempos que vivi na Instituição do Ministério Público”, destaca.



Marly Raphael Mallmann

Marly Raphael Mallmann já era advogada há dez anos quando finalmente, na terceira tentativa, teve a inscrição homologada para o concurso. Entretanto, o esforço não parou por aí, já que, ao lado das outras três

candidatas, Marly passou a ser observada de perto durante as provas. Havia forte desconfiança dos próprios colegas, que diziam coisas do tipo: “Nós não somos contra as mulheres, desde que elas não tirem o nosso lugar”.

Neste clima nada amistoso, Marly foi convidada a sortear o candidato a iniciar a prova oral – acabou sorteando o próprio nome. Recebendo um “incentivo medonho”, como ela mesma relembra, ouviu das outras mulheres: “Olha lá, Marly! Cuida o que você vai falar, senão nem vão nos ouvir quando chegar nossa vez”. Naquela etapa do concurso, cobrava-se muito mais conhecimento das mulheres do que dos homens. Enquanto aos candidatos era comum a prova se limitar a uma conversa informal devido a uma relação pré-existente de professor e aluno – a maioria era de Porto Alegre –, às candidatas era reservada a atuação do examinador como um carrasco. A prova oral das mulheres começava com um assunto sorteado, mas não raro o examinador as questionava sobre outras matérias. A despeito da pressão, ao lado de Eunice, Iolanda e Lígia, Marly foi aprovada e ingressou no Ministério Público.

INGRESSO NA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Com o ingresso cada vez maior de mulheres no Ministério Público, ainda faltava a conquista do espaço nos cargos de liderança da Administração Superior. E o primeiro deles veio com Jacqueline Fagundes Rosenfeld, em 2001, como corregedora-geral. Ela prestou concurso em 1978 e, por ter sentido na pele o desconforto e a desconfiança na época do seu início de carreira, viu de perto todo o movimento que normalizou a ocupação das mulheres no MP. “O Ministério Público era visto como uma carreira masculina. Felizmente, esta realidade foi se alterando”, destaca Jacqueline.

Mas até se tornar a primeira mulher a assumir a função de corregedora-geral, ela teve larga experiência junto à Corregedoria, tendo já desempenhado as funções de subcorregedora e de promotora-corregedora. Atualmente, segue na Administração Superior, como subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Posteriormente, Maria Regina Fay de Azambuja tomou outra posição na Administração. Ela ingressou no MP na década de 1980, já em outro momento, não tendo enfrentado nenhum tipo de hostilidade por ser mulher – mas passaria por um constrangimento fora dali. Em 1986, Maria Regina se encontrava divorciada e com dois filhos pequenos. Ao assumir a Promotoria de Guarani das Missões, não encontrou imóveis disponíveis para locação ou hotéis na cidade, o que a fez pedir autorização para residir em Santo Ângelo, a 50 km dali. Ao chegar em um hotel, teve sua hospedagem recusada. A justificativa absurda revelava um caráter cultural ainda existente na época – ela fora recusada por ser uma mulher divorciada.

Dentro do MP, Maria Regina ainda foi chamada para implementar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) junto com outros colegas por meio da Coordenadoria das Promotorias da Infância antes de chegar na Administração Superior. Em 2006, foi designada pelo então chefe da Instituição, Roberto Bandeira Pereira, para o cargo de ouvidora. Além da instalação do órgão no MPRS, Maria Regina foi responsável pela organização e armazenamento de informações.

Outra mulher com grande destaque no Ministério Público é a atual procuradora de Justiça Sônia Radin. Ingressante no MP em 1988, ela estava na comarca de Santa Maria antes de ser promovida para a entrância final em Porto Alegre. Logo, foi convidada pelo procurador-geral Sérgio Porto para atuar como promotora assessora na Secretaria dos Órgãos Colegiados. Foram mais de 13 anos e cinco gestões diferentes no órgão, entre 1997 e 2011.

Durante o período, em 2003, foi indicada pelo então procurador-geral de Justiça, Cláudio Barros Silva, para o cargo de secretária-executiva do Conselho Nacional dos Procuradores-Generais. O mandato de gestão do órgão tem duração de um ano, mas, mesmo após o período,

foi convidada a permanecer no cargo nas nove gestões seguintes, mantendo-se no CNPG até 2012. “Foi um reconhecimento pelo trabalho feito. Tenho vários votos de louvor, menção honrosa e até medalha do CNPG. Cresci como profissional, agreguei conhecimento até de outros estados. Acho que minha trajetória é motivo de orgulho para mim”, destaca.

As mulheres chegariam ao cargo máximo da Administração Superior, como vimos, somente, em 2009, com Simone Mariano da Rocha. Neta de promotor de Justiça, Simone seguiu a tradição da família e ingressou no Ministério Público em 1989, passando pelas promotorias de Itaqui, Caxias do Sul e Porto Alegre até ser promovida à procuradora de Justiça, em 2002. Sua destacada atuação na área da Infância e da Juventude ajudou a levá-la ao cargo de procuradora-geral. Apesar de ter sido a segunda mais votada na lista tríplice, Simone foi escolhida pela então governadora do Estado, Yeda Crusius, para o biênio 2009-2011. Ao se candidatar para uma segunda eleição, foi a mais votada, porém, desta vez, não foi conduzida ao cargo.



Primeira procuradora-geral de Justiça do RS, Simone Mariano da Rocha ficou no cargo de 2009 a 2011. Crédito: Divulgação

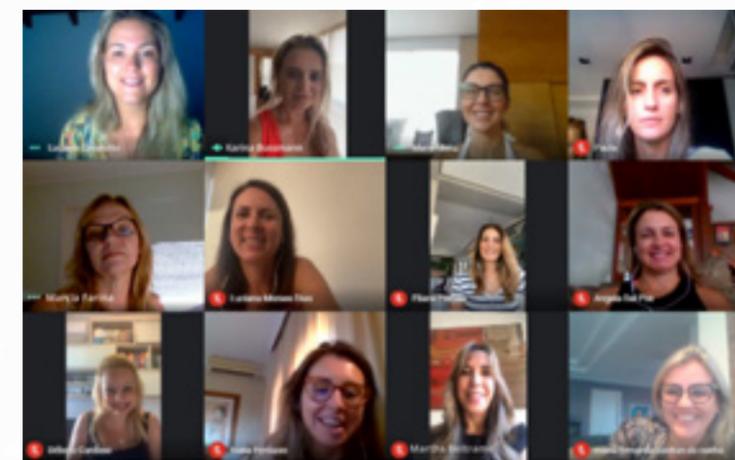
Ao chegar na posição de procuradora-geral, Simone enxergou resquícios da barreira enfrentada pela pioneira Sophia Galanternick e outras – barreira esta que, hoje, ocorre de forma velada. “Por certo, o fato de uma mulher se candidatar a um cargo de poder mexeu com as estruturas tradicionais. Em consequência, testemunhei atitudes exacerbadas, assim como demonstrações, por parte de alguns colegas, do não reconhecimento da representatividade feminina na chefia da Instituição”, afirmou Simone em entrevista ao Memorial do MP.

VELHA PAUTA, NOVOS DEBATES

A discussão sobre o papel da mulher em relação à carreira e família, que décadas atrás sequer existia, hoje ganha espaços e novos locais para o debate. Durante a gestão da primeira mulher presidente da Associação do Ministério Público, Martha Beltrame (2018-2020), foi criada a Diretoria das Mulheres da AMP/RS. O compromisso foi assumido na Comissão de Mulheres da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) com o objetivo de ser uma representação da AMP/RS em questões femininas.

“Nós queremos estimular a participação das colegas na vida política e social da Associação e da Instituição, promovendo a integração social e cultural por meio da realização de cursos, palestras e de outras medidas que nos ajudem a melhorar a qualidade de vida das associadas”, destaca a atual vice-presidente Social da AMP/RS, Karina Bussmann.

Mesmo com o atraso na instalação do departamento por conta da pandemia de Covid-19 e da necessidade de alteração no Estatuto da AMP, a Diretoria seguiu com os encontros do Conexão Mulher, evento iniciado em 2017 e no qual são debatidos assuntos pertinentes à atuação das mulheres no Ministério Público.



Com a pandemia, reuniões do Conexão Mulher passaram a ser realizadas por videoconferência. Crédito: Reprodução

“O grupo trouxe essa possibilidade ampla de debate de como é o MP na ótica da mulher. Hoje nós já somos 89 mulheres e tem sido uma experiência bastante rica”, explica a diretora de Mulheres da AMP/RS, Luciana Casarotto.

Para a tesoureira da Associação, Alessandra Cunha, ainda é necessária a ocupação de mais espaços nos cargos de liderança da Administração Superior do Ministério Público. “Temos um caminho a trilhar na formação e incentivo a novas lideranças femininas, a fim que a cada dia mais promotoras ocupem espaços de destaque e comando dentro da Instituição”, observa.

A atualidade do debate mostra que, mais de 80 anos depois de Sophia Galanternick, as mulheres do Ministério Público ainda seguem quebrando barreiras na busca por oportunidades iguais e mantendo a convicção de que, ao seu tempo, novas conquistas serão celebradas dentro e fora dos tribunais.



“É inadmissível que um agente do Ministério Público se omita”, avalia o presidente do TJ-RS

Em entrevista à Revista Réplica, desembargador Voltaire de Lima Moraes reforça a importância das associações de classe e da atuação dos promotores e procuradores de Justiça

Voltaire de Lima Moraes ingressou no Ministério Público em 1980. Atuou como promotor de Justiça nas comarcas de Ibirubá, Cerro Largo, Espumoso, Uruguaiana, Esteio e Porto Alegre antes de ser procurador-geral por dois mandatos, entre 1993 e 1997. Também exerceu o cargo de presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG). Quando deixou o comando do MPRS, foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada na vaga destinada a um representante da Instituição e, no ano seguinte, foi

promovido a desembargador. Eleito para a presidência do Tribunal de Justiça gaúcho para o biênio 2020/2022, Voltaire fez questão de sublinhar, ao ser contatado pela revista Réplica, o mais profundo respeito que nutre pelo Ministério Público e pelos seus integrantes. Da mesma forma, os antigos companheiros que elaboraram as perguntas desta entrevista não escondem o orgulho de ver, na presidência do TJRS, um desembargador oriundo do MPRS.



João Ricardo Santos Tavares
Presidente da AMP/RS

O senhor está no seletto grupo dos poucos que a vida oportunizou tantas vivências diferentes no sistema de Justiça pelas funções e cargos que desempenhou. No Ministério Público, o senhor teve intensa atuação associativa, o que lhe conduziu para ser o primeiro gaúcho a ocupar a presidência da CONAMP, com atuação destacada na aprovação da Lei Orgânica do Ministério Público. Na sua visão, qual a importância da vida e da atuação das associações de classe na formação do Ministério Público da atualidade?

As associações deram uma contribuição muito grande para a evolução institucional do Ministério Público. Para mim, era como se fosse um grande laboratório, no qual várias ideias eram colocadas, no sentido de que pudessem ser devidamente analisadas e, através de congressos e eventos culturais que foram realizados ao longo dos anos trouxeram, por exemplo, teses e proposições.

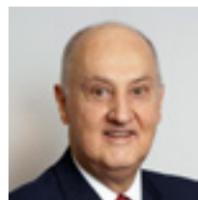


Sérgio Porto
Procurador de Justiça jubilado

O TJRS projeta a existência de sistema híbrido de operação e julgamento, com sessões físicas e virtuais, após a superação da pandemia? Ou retornaremos às sessões exclusivamente com presença física?

Diria que as sessões presenciais não vão mais existir exclusivamente, porque nós vamos continuar fazendo sessões virtuais, principalmente depois do desenvolvimento da tecnologia. Não é algo que se projeta, isso é uma realidade.

Não só aqui no âmbito do Rio Grande do Sul, mas dos mais diferentes estados. Eu, particularmente, às vezes posso ter uma preferência maior por uma sessão presencial, mas a realidade que nós estamos vivendo é outra, com julgamentos em sessões presenciais e virtuais. Até porque isso desafoga a prestação jurisdicional e o excesso de processos. Este é um outro lado da questão que precisa ser avaliado em termos de gestão judiciária.



Cláudio Barros Silva
Vice-presidente de Jubilados da AMTP/RS

No início da minha carreira, em 1982, fui designado para atuar em Santa

Cruz do Sul, onde passei a residir no Hotel Santa Cruz. Certa noite, recebi a informação da portaria dizendo que o Doutor Voltaire queria conversar comigo. Como o conhecia, pedi para que subisse ao apartamento e ficamos conversando sobre o Ministério Público. Quando nos demos conta, já eram quase cinco horas da madrugada e tivemos que arrumar um apartamento para o Voltaire, que sairia depois do café. Essa conversa influenciou decisivamente na minha vida associativa e institucional. Pergunto: Voltaire, esse tipo de recepção aos colegas era comum, especialmente com a atenção que me dedicastes?

Não era comum. Geralmente, essas recepções de colegas eram feitas pelas associações. Mas, quando eu ingressei no Ministério Público, estabeleci um plano de atuação de valorização do MPRS. Porque, até então, o promotor era um homem solitário. Eu achava que havia necessidade de que todos os colegas novos participassem ativamente. Quando eu estava em Ibirubá, que foi minha primeira comarca, costumava conversar com colegas da região, me colocando à disposição, trocando ideias sobre aquilo que eu estava projetando. Manter os colegas motivados era uma questão muito importante para mim. Na época, eu era um simples promotor, não tinha ainda assumido funções de direção, nem de coordenação de núcleos da Associação, isso ocorreu mais tarde. Eu sabia que a valorização do Ministério Público passava por essa grande conscientização e, na medida em que nós fôssemos valorizar o MPRS, nós estaríamos valorizando o Poder Judiciário, levando a ele determinadas demandas que até então ele não estava analisando. O fortalecimento dessas duas grandes instituições, para mim, era vital naquela época. Então, eu procurava sempre entrar em contato com um ou outro colega, especialmente neste caso,

Dr. Cláudio Barros Silva, também porque já éramos conhecidos e tínhamos uma boa relação.



Paulo Natalício Weschenfelder
Procurador de Justiça aposentado e presidente da Comissão dos 80 Anos da AMP/RS

Como analisa a concretização do Ministério Público insculpido na Constituição Federal de 1988?

No início, logo após a Constituição, vários encontros foram realizados para dar efetividade às novas funções institucionais do MP. Creio que ele foi muito bem desenhado, foi uma luta para colocá-lo nesta estatura de importância constitucional. Os membros de um MP, nos mais diferentes ramos, devem se conscientizar do papel relevante que têm na tutela dos interesses individuais indisponíveis e na defesa do regime democrático. E, também, muito especialmente, na tutela dos interesses difusos, coletivos stricto sensu, e os individuais homogêneos. Creio que, também em razão disso, da alta responsabilidade que pesa sobre os ombros dos membros do Ministério Público, eles devem ter muita serenidade. Serenidade não significa omissão, ao contrário. É fazer as coisas de forma correta e bem pensada, levando-as ao Poder Judiciário ou, desde abertura de um inquérito civil público, porque também existe uma responsabilidade muito grande na abertura do instrumento investigatório do MP, que é muito importante quando se ajuíza uma determinada ação. O promotor e o procurador devem ter o cuidado de não expor pessoas de forma açodada às críticas da sociedade. Mas, por outro lado, de forma nenhuma é admissível a omissão dos membros do MP. Creio que deve ser feita uma autocrítica constante, buscando sempre o aperfeiçoamento, como tem ocorrido ao longo dos anos.



Carlos Otaviano Brenner de Moraes
Procurador de Justiça jubilado

Expresso minha satisfação em ver o amigo e colega de estudos preparatórios, depois de haver exercido os mais elevados cargos no MP gaúcho e associativo nacional, presidir o TJRS. Aproveitando a grata oportunidade de entrevistá-lo, confiante seja do interesse comum dos associados conhecer: qual é a sua avaliação sobre a atuação do MP nos 32 anos de vigência da CF, considerado o conjunto formado pelos órgãos dos estados e dos diversos ramos da União, se existem, e quais são, ajustes necessários ao aprimoramento desta atuação, inclusive em respeito ao pacto federativo, e

como vê o futuro institucional do MP brasileiro?

Na medida em que a sociedade evolui e as pessoas adquirem a maturidade cívica necessária para perceber a importância das instituições, elas vão compreender que o MP tem um papel fundamental na defesa daquelas funções que lhe são cometidas pela Constituição Federal, como no plano infraconstitucional. Ao longo dos anos, tivemos avanços em várias áreas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso. Creio que se deve fazer diariamente uma avaliação de todos os diplomas legais que conferem legitimidade para o MP agir. Esse MP que surgiu com a Constituição de 1988 tem alguma coisa mais a fazer, alguma coisa que ainda não está sendo feita? Essa deve ser uma reflexão permanente. Porque todos têm a responsabilidade. Um dia não vamos estar mais exercendo um cargo público. Temos que passar a responsabilidade para os nossos filhos e netos. As instituições fortes são fundamentais numa democracia e, aqui, o MP tem um papel fundamental, como também tem o próprio Poder Judiciário, como poder de Estado, onde a última cidadela de socorro se verifica, em termos de pleito. O MP deve, portanto, diante disso, fazer o seu papel, fazer o seu diagnóstico diário, fazer a sua autocrítica. Podem ocorrer excessos. Na vida, todos nós um dia cometemos excessos. Mas quando esses excessos ocorrem, a gente tem que fazer uma autocrítica e corrigi-los. Quando eventualmente possa ocorrer uma omissão, da mesma forma. É inadmissível que um agente do Ministério Público se omita em algo. Essa é uma conscientização básica, importantíssima, que deve ser feita. Uma reflexão diária para que a gente possa avançar numa corrente de evolução importante no âmbito do Brasil, onde as instituições devem cumprir rigorosamente a sua missão.

Agenda em Brasília



No fim de fevereiro, o presidente João Ricardo Santos Tavares cumpriu agenda em Brasília para tratar de assuntos relevantes para a classe. Recebido pelo senador Lasier Martins, apresentou sugestões de emendas ao texto do substitutivo da PEC Emergencial Nº 186/2019 para diminuir seu efeito negativo aos poderes e instituições. Também participaram da audiência o 1º vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Tarcísio José Sousa Bonfim, e a presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, Deluse Amaral Rolim (foto).

Convênio com a FMP

Os presidentes da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, e da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), Fábio Roque Sbardellotto, assinaram, em 26 de fevereiro, um acordo de cooperação. O convênio prevê desconto de 60% nas mensalidades do curso Preparatório para a Carreira do MP para os descendentes e dependentes dos membros ativos e jubilados do MPRS.

Ação Social



As 24 crianças e adolescentes que residem no Lar Calábria, no bairro Restinga, ganharam uma nova opção de lazer em janeiro. A vice-presidente Social Karina Bussmann representou a AMP/RS, ao lado da promotora da Infância e Juventude de Porto Alegre, Cinara Vianna Dutra Braga, na entrega do novo playground da instituição. A doação foi feita a partir de recursos arrecadados em campanhas de solidariedade promovidas pela Associação em 2020.

Reforma do Estatuto

Uma das plataformas da Gestão 2020-2022, a reforma do Estatuto da AMP/RS já começou a ser implementada. Em janeiro, a Diretoria Executiva realizou a primeira reunião para formatar um anteprojeto, que foi enviado aos associados para a coleta de observações e contribuições. No início de março, foi divulgado o edital de convocação da assembleia geral para discussão do tema. A reunião, em formato híbrido (presencial e virtual), foi realizada em 29 de março.

Participação maciça na primeira reunião de Diretoria Ampla

No dia 5 de março, a Diretoria Executiva promoveu a primeira reunião da Diretoria Ampla em 2021. O encontro ocorreu por meio de videoconferência, com destaque para a participação de mais de 160 associados. Na pauta, estiveram as reformas em tramitação no Congresso Nacional (PEC Emergencial nº 186/2019 e Reforma Administrativa), o projeto de lei sobre a diferença de entrâncias que está em andamento na Assembleia Legislativa (PL Nº 218/2013), as providências em relação às vacinas para a Covid-19 e H1N1 e as questões remuneratórias e de interesse da classe. Durante o encontro, também foi apresentado um resumo dos principais pontos debatidos na primeira reunião da Comissão de Discussão da Carreira, realizada no dia 4 de março.

Defesa do Serviço Público

No dia 2 de março, o vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves, representou a AMP/RS no lançamento da Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público, iniciativa para analisar ações contra as propostas que tramitam no Congresso Nacional e que precarizam o setor.

Visita ao TJ-RS



Na abertura do Ano Judiciário de 2021, em 3 de fevereiro, o presidente João Ricardo Santos Tavares e o vice-presidente dos Jubilados, Cláudio Barros Silva, se reuniram com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-RS), desembargador Voltaire de Lima Moraes. A audiência foi pautada por discussões sobre os temas de interesse comum às carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

Abertura dos trabalhos

JUBILADOS: A reunião mensal dos jubilados da AMP/RS, que se adaptou ao ambiente virtual em 2020 por causa da pandemia, manteve este formato em 2021. Ao longo dos encontros realizados até o fechamento desta edição, foram debatidos temas como a contribuição previdenciária dos inativos, com a análise da PEC 555/2006, que tramita no Congresso Nacional; o PL Nº 221/2013, sobre a diferença de entrâncias; o auxílio-saúde e a alíquota previdenciária do Estado.

PENSIONISTAS: A Diretoria Executiva da AMP/RS, ao lado da nova diretora da área, Maria Alice Costa Hofmeister, participou de reunião com o grupo de pensionistas, em fevereiro, para esclarecer dúvidas sobre o processo de concessão de pensão aos familiares de

membros do MP e as diferentes situações de pensionamento. No mesmo mês, foi iniciado o atendimento gratuito oferecido pela Associação com o advogado previdenciarista Marcelo Dias da Silva.

CONEXÃO MULHER: No início de março, com liderança da vice-presidente Social, Karina Bussmann, foi promovida a primeira edição do Conexão Mulher em 2021.

CONSELHO DE REPRESENTANTES: A primeira reunião do grupo foi realizada em janeiro. No encontro, o procurador de Justiça jubilado Paulo Emilio J. Barbosa foi reeleito como presidente do Conselho e o promotor de Justiça Frederico Lang como secretário.

Defesa da classe

A Associação publicou duas notas públicas em defesa dos promotores e procuradores de Justiça ao longo do mês de março. No dia 10 de março, em conjunto com a Associação dos Juizes do RS (Ajuris), foi divulgada uma nota de esclarecimento acerca da criação do Programa de Assistência à Saúde Suplementar. No dia 13 do mesmo mês, em parceria com a Ajuris e com a Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS), foi publicada uma nota de repúdio às declarações concedidas pelo deputado estadual Fábio Ostermann, do Partido NOVO, em entrevista à Rádio Guaíba. No mesmo dia, o presidente João Ricardo Santos Tavares falou ao programa Esfera Pública, da mesma emissora, esclarecendo pontos importantes acerca do Programa de Assistência à Saúde Suplementar.

A República

Júlio Gutierrez era um sofredor. Mas não era um sofredor qualquer não, desses que têm problemas existenciais ou coisa assimelhada. Seu sofrimento era mais nobre. Ocorre que ele não se conformava com os malfeitos que as pessoas praticam. Ele gostaria que todo o ser humano pautasse sua conduta obedecendo aos comezinhos princípios da moral e dos bons costumes em todos os momentos e em todos os lugares. Mas a vida, infelizmente, não é assim. Sua angústia advinha em sentir-se impotente para promover alguma mudança na conduta das pessoas, até porque Júlio possuía uma personalidade tímida e introspectiva, incapaz de repreender alguém. Claro que, por vezes, tinha imensa vontade de chegar para uma pessoa e dizer, alto e bom som, fulano! Você está sendo cretino, indecente e mau-caráter. Mas, qual o quê. Não se sentia à vontade de admoestar ninguém.

Daí que todas as noites dormia com a indecência humana trancada em sua garganta. Em virtude dessa característica singular de sua personalidade, seus estudos voltaram-se para a ciência, pois a ciência não mente, como muitas vezes ocorre no estudo de humanidades. Optou por bioquímica. Apaixonou-se pela matéria. Inquieto, ele queria ir além dos professores e até dos livros, vejam só sua pretensão. Para tanto, foi aos poucos montando um laboratório

no porão de sua residência. E ali ficava horas e horas; e mais algumas horas. Preocupada, sua mãe periodicamente levava-lhe algum lanche, meu filho, saia um pouco deste laboratório, faça um exercício, pegue um pouco da luz do sol. Ele dizia que sim, que já ia, mas terminava comendo o sanduíche no porão.

À medida que pesquisava, Júlio passou a dar pouca importância para seu curso, às vezes até faltava às aulas. Sua vida limitava-se a seu laboratório. Certo dia, para alegria de sua mãe, Júlio começou a sair todas as tardes de seu laboratório. Mas não era para espalhar, não. Ele ia ao encontro de seus amigos e conhecidos e pedia para lhes tirar uma gota de sangue. Apenas uma picadinha, dizia; é para uma experiência científica. Claro, claro, a maioria concordava, o que é uma picadinha.

Com o passar dos dias, Júlio pegou o apelido de Júlio Vampiro. Lá vem o Vampiro, cuidado com o dedinho. Júlio nem dava bola; seu interesse limitava-se apenas às amostras de sangue que colhia. Como era benquisto, sempre conseguia seu intento. Só que havia limite nos dedos dos amigos. Alguns chegaram a permitir até três picadas. Depois, se alguém lhe estendia a mão, era com o punho fechado, chega Júlio, pode parar com isso. Júlio não podia parar, sangue, preciso de mais sangue. E resolveu em definitivo seu problema num acordo com sobras de um hemocentro.



Mário Cavaleiro Lisboa
Procurador de Justiça jubilado

Crédito: Robson Hermes.

Com sangue à vontade, enfurnou-se em seu laboratório e ali ficou pesquisando durante cinco anos, ao cabo dos quais disse eureka! E por diversas vezes repetiu bem alto, eureka! Eureka! Não foi pouca coisa que Júlio havia descoberto. Ele achou uma proteína diferente que continha a característica singular de detectar o nível ético das pessoas; o NE, como ele passou a chamar. De seus estudos, classificou em vinte e três os índices de NE. Para aqueles que possuíssem NE inferior a cinco, seria melhor nem passar por eles na calçada. Júlio estava exultante, quantas aplicações isso poderia ter na sociedade? Alguma coisa semelhante à República de Platão poderia afinal ser posta em vigor, com os cargos governamentais distribuídos por nível de NE.

Cauteloso, não falou para ninguém sobre a descoberta. Sentiu-se como um minerador que havia encontrado ouro. Calma, calma, dizia para si mesmo. Primeiro vamos pensar bem o que fazer com tudo isso. Mas, atualmente, não adianta mais apenas ficar quieto. Os primeiros a perceber o que estava ocorrendo foram o Google, o YouTube e outros gigantes da internet. Ao notar por uma janelinha do porão que algo suspeito estava ocorrendo na rua, Júlio disse para sua mãe que iria pegar um sol e, por uma saída lateral, levando apenas um pen drive, evadiu-se de casa. Sumiu.

Países importantes, muitos deles rivais, esqueceram suas diferenças e uniram-se à procura de Júlio Gutierrez. As agências de inteligência mais evoluídas do mundo acionaram todos os mecanismos a seu dispor na busca do cientista. Culminaram por encontrá-lo num quarto de pensão de quinta categoria, deitado numa cama, lendo um gibí. Com muito profissionalismo, conduziram Júlio Gutierrez para uma viatura discreta. Até hoje não se sabe seu paradeiro.

Não é hora de conflito

As agruras de uma pandemia duradoura nos fazem experimentar, talvez, os piores momentos de nossas biografias. Os tempos que estamos vivendo não são como um dia sonhamos viver. Não é hora de nos fragilizarmos pelos conflitos desnecessários. Chega de embates entre quem nega e quem afirma a gravidade da moléstia devastadora que o coronavírus espalhou por aqui. Tentemos o foco adequado, aquele que nos abreviará a jornada até o encontro com a vacina salvadora. Está menos longe o momento de acontecer a vitória tão esperada, agora que a Anvisa deu registro definitivo para a vacina de



Cláudio Brito
Promotor de Justiça jubilado e jornalista

Crédito: Arquivo pessoal.



Oxford e também licenciou o antiviral Remdesivir como o primeiro medicamento aprovado para uso por pacientes hospitalizados por conta da Covid-19.

Quem abusou dos passeios sem máscara e dos discursos raivosos contra a mobilização da sociedade para a necessária compreensão que deveria ser estimulada, que seja levado ao peso das próprias responsabilidades. E quando se fala em responsabilidade, todos sabemos o que toca ao nosso Ministério Público. Que se apresente a missão reparadora, que os Promotores e Procuradores saberão o que fazer. E farão.

O Remdesivir é um remédio injetável que não será vendido nas farmácias, podendo ser ministrado pelos médicos que estiverem assistindo pessoas portadoras de pneumonia, baixadas em hospital. Não é uma vacina e não substitui qualquer vacina, mas representa uma esperança de que seja possível minimizar os efeitos danosos que o coronavírus impõe. Também tivemos uma boa notícia sobre a busca da imunização. Na mesma ocasião do anúncio do medicamento, a Anvisa comunicou a aceitação, para registro definitivo, da vacina AstraZeneca/Oxford, que no Brasil é produzida pela Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Então, o que importa agora é cuidarmos de uma boa e breve distribuição das doses vacinais que sejam suficientes para atender ao menos 70 por cento da população. Por isso, agir com menos confrontos deverá ser uma conduta permanente. Seja na política ou no cotidiano profissional de cada um. Não é hora de se deixar de lado o bom senso e a convivência pacífica entre opositos.

Quero por isso imaginar e até propor nossos princípios institucionais devolvidos à sociedade, que sempre irá reconhecer como positiva a atuação da nossa Instituição, com as marcas da unidade e da indivisibilidade. Belo exemplo está sendo praticado em nossa AMP/RS, que mobilizou toda a classe para cancelar uma eleição arrematadora em chapa única, o modelo mais adequado em face da

época em que estamos enfrentando a pandemia incomparável.

Meu recado modesto é formulado para que sejamos inspiração, referência e garantia com que a sociedade poderá contar. E estejamos muito bem preparados para o depois. Quando tudo isso passar, talvez então nos surjam as missões mais relevantes da reconstrução. Melhor que tudo aconteça sob inspirações que se identifiquem. Quem gosta de guerra é o vírus.

É desse jeito que suportaremos essa caminhada ainda difícil.



ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL
amp/rs